

Projetos aprovados têm cunho eleitoral

Os três dias de esforço concentrado de algum Senador podem não ter garantido a aprovação de projetos importantes como o aumento do número de representantes do DF na Câmara dos Deputados ou a proibição à caça de baleias, mas permitiu que as matérias de cunho eminentemente eleitoral passassem no Senado Federal. Cerca de cinco bilhões de cruzados foram distribuídos a diversos Estados e municípios. So o Rio de Janeiro recebeu a metade dos recursos: Cz\$ 2 bilhões para a rolagem de sua dívida.

Nas três listas de presença acusaram o comparecimento de 53 senadores, mas ao plenário, nos momentos de votação, estiveram no máximo Trinta e três sessões foram realizadas até ontem. O esforço continue hoje às 10 horas.

Todo esse dinheiro já está reservado aos beneficiados nos cofres do Banco do Brasil, Banco Central e Caixa Econômica Federal. Os dois projetos mais importantes — o que proíbe a caça à baleia em águas territoriais brasileiras e o que aumentaria o número de candidatos à eleição proporcional no Distrito Federal — não foram aprovados. O do DF ainda foi submetido à votação, mas não obteve quórum devido à obstrução permanente mantida pelo senador Nelson Carneiro (PMDB—RJ) e, também, à falta de maior empenho das lideranças partidárias em manter seus parlamentares no plenário. Pedido de verificação de quórum feito pelo senador Benedito Ferreira (PFL—GO), na quinta-feira, fez com que se constatasse a presença de apenas 23 Senadores, quando seriam necessários 35. A sessão foi suspensa e o projeto das baleias, que seria apreciado em seguida, não entrou na pauta. Ontem ocorreu nova tentativa, e

a obstrução do senador pessebista Jamil Haddad (RJ) estragou a festa dos oito peemedebistas brasileiros que aguardavam a aprovação da matéria para conseguir legenda.

Baleia

No caso das baleias, alguns fatos são interessantes. Na segunda-feira, o líder do PMDB, senador Alfredo Campos, (MG), jurava que a matéria, já aprovada pela Câmara, também o seria no Senado. Na manhã de terça-feira, ele conversou sobre o assunto com o presidente José Sarney durante a reunião do Conselho Político. Alfredo Campos retornou dizendo que Sarney estava sensibilizado pela proposta e pretendia convocar uma reunião dos países do Atlântico Sul para debater o assunto.

No mesmo dia surgiu no Senado, o Governador da Paraíba, o ex-senador biônico Milton Cabral, que conversou com vários de seus antigos colegas. Pediu pela obstrução da proposta. A única empresa que caça baleias no Brasil, está localizada no município de Lucena, na Paraíba. Durante os três dias de esforço concentrado, os senadores paraibanos Humberto Lucena (PMDB), Amir Gaudêncio (PFL) e Mauricio Leite (PFL) revezaram-se em plenário, à espera da colocação do projeto em votação para obstruí-lo.

Apesar do presidente José Sarney ter se sensibilizado com a matéria, não houve empenho do Governo em aprová-lo. (Quando o Palácio do Planalto quer aprovar qualquer matéria de seu interesse, tem em mãos os mais variados artifícios para pressionar os senadores da Aliança Democrática).

Pedentes

Importantes projetos como o que proíbe a demissão imotivada do trabalhador, a suspensão da ação de des-

pejo e outros, considerados polêmicos pelas lideranças da Aliança Democrática, encontram-se tramitando na Comissões do Senado.

O líder Alfredo Campos, explicou ontem à noite, que não os colocou em pauta para não ter o esforço concentrado obstruído, e perder a chance de aprovar "importantes matérias". Ao ser inquirido sobre quais os projetos aprovados que destacaria, Campos teve dificuldade em se lembrar de algum. Depois de pensar, disparou: "Ah, sim! O do Conselho Nacional do Direito da Mulher".

Essa proposta, de origem do Executivo, permite que sejam concedidos cinquenta milhões de cruzados ao CNDM para a implementação de projetos.

Sobre o projeto que suspende até 1º de março de 1987 as ações de despejo em todo o País, o líder peemedebista disse que não o colocou em pauta por "decisão pessoal". E continuou: "Nem o autor do projeto me pediu para aprová-lo". O autor a quem o líder se referiu é o presidente da República, José Sarney.

Na noite de ontem, ao verificar que somente o Rio de Janeiro tinha conseguido a aprovação de três grandes empréstimos, um de 823 milhões de cruzados, outro de 23 milhões de dólares, e ainda um de cinquenta milhões de dólares, o senador Benedito Ferreira (PFL—GO) não se conteve e reclamou. Protestou ante o fato do governador pedetista Leonel Brizola estar recebendo verbas enormes, enquanto outros estados recebiam muito menos.

O cansaço e os compromissos políticos foram retirando sistematicamente a maioria dos senadores de plenário.